

# HOMENAGEM A THEOTÔNIO NEGRÃO

SIDNEI BENETI \*

Doutor pela Universidade de São Paulo.  
Primeiro Vice-presidente da União Internacional de Magistrados.  
Presidente do Grupo Ibero-Americano da União Internacional de Magistrados.  
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

SUMÁRIO: 1. *A presença* – 2. *A família* – 3. *Formação* – 4. *Inspetor do ensino secundário* – 5. *O advogado* – 6. *Entidades da classe advocatícia* – 7. *Magistratura* – 8. *Comissões legislativas* – 9. *Distinções* – 10. *Livros* – 11. *Escritos* – 12. *A obra* – 13. *O “Dicionário de Legislação Federal”* – 14. *Códigos de Processo Civil e Civil* – 16. *Atividade literária* – 17. *O Homem* – 18. *A perda*.

## 1. A PRESENÇA

Faleceu Theotônio Negrão, que para nós era eterno.<sup>1</sup> E o é. Nesta sala nobre do Tribunal de São Paulo, podemos ainda vê-lo em uma das milhares<sup>2</sup> de memoráveis sustentações orais com que honrou nossos Tribunais – tantas vezes o próprio Supremo Tribunal Federal. E ali estão seus Códigos, cada um deles ele próprio, presente onde houver um profissional ou estudante de Direito. Um nome que foi lenda em vida. Sinônimo de Advogado e de Jurista, sem dúvida o mais útil e benfazejo de nossos tempos, de longe o autor da maior obra jurídica publicada no país, obra que tem seu nome e sua marca. Fatigava-se, trabalhando à exaustão, para, como dizia, facilitar a vida de todos os profissionais do Direito!

## 2. A FAMÍLIA

Deixou viúva, D. Lygia Lima Leite Negrão, com quem casado em segundas núpcias. Desse casamento, os filhos: 1) Teotônio Negrão Filho, casado com Cláudia Zeri Negrão (falecida), com os netos Patrícia Zeri Negrão, Teotônio Negrão Neto e Thais Zeri Negrão, e 2) D.

(\*) Discurso proferido no Tribunal de Justiça de São Paulo, em 11 de junho de 2003.

(1) Theotônio Negrão nasceu a 6.4.1917 e faleceu a 20.3.2003. Ressaltei a coincidência de sua vida com a do anterior Código Civil (Sidnei Beneti, “Saudades de Theotônio Negrão”, “Tribuna do Direito”, maio/2003, p. 18).

(2) “Imagino que, em minha vida profissional, já fiz mais de mil sustentações orais” (“Theotônio Negrão, o advogado”, entrevista, a “Tribuna do Direito”, Caderno de Livros, julho de 1996, p. 2).

Maura Pauck, casada com Dimas Ditmar Pauck. Do primeiro casamento, com D. Teresa D'Angelo Negrão (falecida), os filhos: 1) D. Maria Lúcia Negrão de Barros Penteado, casada com Marcos de Barros Penteado, com os netos Fernanda de Barros Penteado e Heloísa de Barros Penteado; 2) D. Maria Helena Negrão Gonçalves (falecida), casada com Carlos Francisco Gonçalves (falecido), com o neto Frederico Negrão Gonçalves; 3) José Roberto Negrão, casado com D. Viviane Nouvel Alessio, com os netos Guilherme Vieira Negrão, Beatriz Alessio Negrão e Marina Alessio Negrão. Aos familiares, representados por D. Lygia Leite Negrão, o mais profundo sentimento dos integrantes deste Tribunal.

### 3. FORMAÇÃO

Theotônio Negrão nasceu em Piraju, Estado de São Paulo, a 6 de abril de 1917, filho de João Fonseca Negrão, Serventuário da Justiça, e de D. Maria Clara Wagner Negrão. Fez o Curso ginásial no Instituto Granbery da Igreja Metodista, em Juiz de Fora, Minas Gerais, a que voltou em momentos memoráveis, e sobre o qual recordou: “Na biblioteca do nosso Granbery, havia dois dísticos, em caracteres góticos: a Verdade e a Perfeição”.<sup>3</sup> Formou-se em Direito pela Turma de 1939 da Faculdade de Direito de São Paulo, atualmente da USP, colega de turma, entre tantos que assumiram destaque na vida judiciária, de Bruno Affonso de André, Jânio da Silva Quadros, Felizardo Calil, José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini, Lauro de Souza Alves, Luiz Corrêa Fragoso, Mário Neves Guimarães, Olavo Ferreira Prado e Sebastião Carneiro Giraldes. Não fez mestrado ou doutorado, nem lecionou em Faculdades de Direito, mas pairou sobranceiro à vida acadêmica. Leu dos clássicos aos modernos, amealhando magnífica biblioteca particular, e frequentou febrilmente a Escola da Advocacia militante, dos movimentos educacionais, e da participação associativa e político-institucional.

### 4. INSPETOR DO ENSINO SECUNDÁRIO

Foi Professor-Inspetor do Ensino Público, digno e consciente da responsabilidade na formação de gerações. Temido, implacável em corrigir e mesmo fechar escolas de má qualidade! Sobre estas, aliás, escreveu à Autoridade Superior: “Sei que vocês preferem abrir colégios a fechá-los. É um lema muito bonito, principalmente porque agrada a honestos e a desonestos (a estes, mais). Quem, como nós, percorre colégio após colégio e vê rasuras em notas, certificados falsos, alunos que só comparecem para prestar exames, professores que nunca reprovam, pilhas e pilhas de papéis falsificados, só pode achar um erro lamentável que vocês não tenham coragem de fechar um colégio por falta de idoneidade moral do diretor, preferindo sair pela tangente e dizer que a escola não tem condições materiais de funcionamento. É doloroso que só sejam importantes para o Ministério as instalações de um colégio e que uma arapuca bem montada possa impunemente envenenar a mocidade, fazendo concorrência desleal aos estabelecimentos honestos que lutam pela sobrevivência”.<sup>4</sup>

### 5. O ADVOGADO

Advogado por mais de sessenta anos! Inscrito sob no. 3.569, no dia 26.2.1940, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. Durante a Faculdade de Direito, admitido como

(3) Discurso no Jantar de Confraternização de *granberrienses* a 25.3.1966, Arquivo T.N.

(4) Carta ao Diretor do Ensino do MEC, em 15.12.1955.

excelente datilógrafo que era e como o foi por toda a vida, trabalhou no Escritório de Advocacia do Prof. Noé Azevedo, a quem reverenciou organizando livro em sua homenagem.<sup>5</sup> No Escritório “Prof. Noé Azevedo”, prosseguiu com Aristides Malheiros, Lauro Malheiros, Licínio Santos Silva, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França e José Carlos de Moraes Salles. No próprio Escritório teve companheiros do porte de, atualmente Desembargadores deste Tribunal, Paulo Fernando Franco e Antonio Carlos Malheiros, cujas indicações para falar nesta solenidade tanto me honram, Omar Cais, Desembargador Federal, Luís Camargo Pinto de Carvalho e Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, Juízes do 2.º Tribunal de Alçada Civil, Cornélio Vieira de Moraes Jr., Desembargador aposentado, e José Roberto Ferreira Gouveia, que lhe prossegue a publicação dos Códigos, seguindo a Escola.

Theotônio Negrão foi Advogado, sempre Advogado. Mesmo nos seus livros está o Advogado, exibindo a praticidade da profissão. Advogado notório, por todos respeitado. Que *frisson* entre os julgadores e o público, mesmo outros Advogados presentes no tribunal para outros julgamentos, ao anúncio de seu nome em cada uma das sustentações? Que emoção, a de todos os profissionais da Justiça, diante de um dos milhares de memoriais e arrazoados, inúmeros gratuitamente oferecidos, cumprindo a nomeação como Curador do Vínculo, tantos publicados.<sup>6</sup> Em oração na Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, Antonio Carlos Malheiros relatou que em certas épocas Theotônio Negrão chegava a produzir seis arrazoados por dia, datilografados pessoalmente, diretamente, sem palavras que acrescentar ou suprimir! Ético, numerosas vezes recusava causas. Mas, aceita a causa, que aliado do cliente! Fidelíssimo à qualidade do patrocínio e ao respeito aos prazos! E combativo, um terror para o adversário, embora sempre reto, lhano e de bom humor. Fala e escrito diretos, com clareza de ofuscar os olhos! Um estrategista, desde o primeiro lance do processo. Pacioso, mas ágil para o “bote” fatal sobre o caso! Que Advogado!

Disse Antonio Carlos Malheiros: “Nosso homenageado é o advogado mais perfeito que conheço. Modelo de dignidade, ética e lealdade profissional. Independente e corajoso. O Prof. Noé qualificava-o como intrépido. Espartano no trabalho, é impiedosamente duro consigo mesmo. Extremamente organizado. Objetivo e prático na exposição do direito do cliente, elegante ao escrever e ao falar, mostra, a cada momento, sua inteligência fulgurante, sua vasta cultura. Dedicava-se, a cada cliente seu, como se fosse o único”.<sup>7</sup>

E contou Erasmo Valladão Azevedo Novaes França: “Foi ele com certeza um dos primeiros advogados deste País a praticar a leitura dinâmica (até nem sei se não inventou um método próprio para tal). Isto lhe permitia ler todos os dias, logo pela manhã, os três diários oficiais, para fazer os respectivos fichamentos de lei e de jurisprudência: os Diários da União, do Estado e do Município. Permitia-lhe, outrossim, ler, mensalmente, mais de trinta revistas de jurisprudência, além dos livros de doutrina, com os quais constantemente se atualizava. Com tudo isso, ainda lhe sobrava tempo para, diariamente, elaborar cinco ou seis arrazoados! Por isso definia-se, então, sem qualquer impropriedade, como uma máquina de arrazoar”. Mantinha-se em dia: Theotônio Negrão tinha “vocaçãõ para a atualidade”.<sup>8</sup>

Sobre a Advocacia que tanto amava, disse Theotônio Negrão: “Dentre os homens da Justiça, é, talvez, o Advogado, o mais sofrido. Começa por ter de escutar, com paciência, as

(5) “Noé Azevedo”, São Paulo, Revista dos Tribunais.

(6) Ver n. 11, Escritos, abaixo.

(7) Antonio Carlos Malheiros, discurso na AASP (Arquivo T.N.).

(8) Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França, Discurso “Vocaçãõ para a atualidade”, Tribuna do Direito, junho/1996, p. 19-22.

pretensões e as queixas, nem sempre razoáveis, dos clientes. Diligência junto aos funcionários da justiça para conseguir o breve andamento de suas causas, e tem de estar atento às surpresas que comumente surgem, no seu curso. Os membros do Ministério Público opinam sobre a legalidade de suas petições. Os juízes dizem o direito aplicável e forçam-no a recorrer, quando a decisão é contrária ao seu cliente, ou a sustentá-la, se favorável. Mais que tudo, porém, sofre o tormento dos prazos, contados, indiferentemente, por dias úteis e feriados forenses, o que lhes confere o privilégio às avessas de ser um dos raros trabalhadores neste País que não têm o direito ao repouso semanal, nem mesmo gratuito”.<sup>9</sup>

## 6. ENTIDADES DA CLASSE ADVOCATÍCIA

Líder entre os Advogados, foi Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP de 1955 a 1966 e seu Presidente no biênio 1959/1960. Criou e formatou, pessoalmente, o admirável Boletim da AASP, orgulho dos Advogados paulistas e de toda a intelectualidade jurídica do país, um milagre de atualização, conteúdo e praticidade. Lutou pela Advocacia, discursando em desagравos. Desbravou caminhos, como naquele memorável 1.º Congresso de Associações de Advogados em São Bernardo do Campo, reunindo 4.000 Advogados, um recorde para a época, e terminando com propostas muito concretas e práticas, como era de seu feito, para a melhoria da Justiça.<sup>10</sup>

## 7. MAGISTRATURA

Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, categoria de juristas, como suplente nos biênios de 1953/1954 e 1955/1956 e 1977/1978 e Titular nos biênios 1979/1980, 1981/1982. Magistrado responsável ao extremo, conhecedor das agruras de suportar os julgamentos, exacerbou a qualidade, deixando votos preciosos nos repertórios especializados. Respeitou sempre a Magistratura, cujo labor compreendia bem, como sintetizou em saudação ao Des. Moacir Almeida Bicudo no mesmo Tribunal: “De todas as funções humanas, a mais nobre e a mais difícil é, certamente, julgar”.<sup>11</sup> Foi Relator de casos históricos, como o da candidatura a Senador de quem veio a ser Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Adorava o julgamento atento, consciencioso, profundo no detalhe, como ressaltou em homenagem a outro grande Magistrado do mesmo Tribunal Eleitoral, Cornélio Vieira de Moraes: “Um órgão coletivo depende muito do espírito de colaboração e de crítica construtiva de seus componentes. Um observador atento como Cornélio, mais disposto a não concordar do que a dizer amém (e, nisso, felizmente, não é o único deste Tribunal, mas será porventura o mais constante), contribui decisivamente para que todos os aspectos em discussão mereçam apreciação adequada”.<sup>12</sup> Fiel à disciplina da Magistratura, cumpriu, enquanto juiz, a lei, e calou a discordância, mas liberou a crítica no discurso de despedida do Tribunal Regional Eleitoral, feliz de voltar à condição, como disse, de “um brasileiro como qualquer outro”, livre para, no primeiro ato pós-magistratura, criticar acerbamente, a lei eleitoral que disciplinadamente acabara de fazer cumprir.<sup>13</sup> Em escrito

(9) Transc. em “Vocação para a atualidade”, Discurso de Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França, cit. supra, p. 21.

(10) RT 325/695.

(11) Saudação ao Des. Moacir Almeida Bicudo no TRE-SP, 31.8.1977, RT 47/430.

(12) Discurso no TRE-SP na despedida do Juiz Cornélio Vieira de Moraes, promovido ao 1.º TAC-SP, DOE 10.9.1982, p. 32-33.

(13) Discurso de despedida do TRE-SP, DOE 27.2.1980, p. 85.

para a Revista “Decisão-Apamagis” citou Licurgo: “Um povo não obedece às leis, se não lhe dão exemplo de obediência os Juízes”.<sup>14</sup>

## 8. COMISSÕES LEGISLATIVAS

Participou de numerosas comissões legislativas, entre elas as de que resultaram: a Lei Estadual n. 5.184, de 7.1.1959, o Decreto-Estadual n. 10.394, de 16.1.1959 e a Lei Estadual n. 10.394, de 16.12.1970, sobre a Carteira de Previdência dos advogados de S. Paulo; a Lei Estadual n. 10.393, de 16.12.1970, que reorganizou a Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça; o Decreto-lei Estadual n. 203 e os Decretos Estaduais ns. 52.424 e 52.425, de 25.3.1970, que aprovaram o Regimento de Custas Estadual e respectivas tabelas.

## 9. DISTINÇÕES

Recebeu as seguintes distinções: 1) Sócio Honorário e Benemérito, outorgado pela Associação dos Advogados de São Paulo em 27.4.1967; 2) Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 1.2.1983; 3) Medalha Anchieta, outorgada pela Câmara Municipal de São Paulo, em 16.10.1987; 4) Distinção da Balança e da Espada de Ouro, outorgada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, em 9.12.1987; 5) Título de Sócio Benemérito, outorgado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, em 9.5.1988; 6) Em 17.6.1993 foi dado seu nome à Sala dos Advogados do 1.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo<sup>15</sup> 7) Colar do Mérito Pedro Lessa, outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 3.ª Região – São Paulo, em 14.3.1997; 8) Em 8.5.1996 foi atribuído seu nome à Sede da Associação dos Advogados de São Paulo (Edifício Theotônio Negrão”;<sup>16</sup> 9) Em 20.11.1996 foi dado seu nome à Loja da Praça da Sé da Livraria Saraiva Prêmio “Barão de Ramalho”, outorgado, pela primeira vez, pelo Instituto dos Advogados de São Paulo;<sup>17</sup> 10) Patrono das seguintes turmas de Faculdades de Direito: a) Bacharelandos de 1985 da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba, Turma B; b) Bacharelandos de 1988 da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; c) Bacharelandos de 1988 das Faculdades Metropolitanas Unidas; d) Bacharelan-

<sup>(14)</sup> Poema “Quo Vadis”, versos de 1969, em “Decisão-Apamagis”, Revista de Cultura da Associação Paulista de Magistrados, n. 3, out. 1996, p. 19.

<sup>(15)</sup> JTACiv-SP-Lex 142/177-185.

<sup>(16)</sup> Cf. BOLAASP 1.951/1; Tribuna do Direito, Junho de 1996, p.18, com impressionante manifestação, além das constantes da notícia, em destaque, de grandes personalidades de São Paulo sobre o homem e a obra: Aloísio Lacerda Medeiros, Antonio Carlos Malheiros, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, Antonio Correia Meyer, Antonio Tito Costa, Arnaldo Malheiros Filho, Biasi Ruggiero, Caetano Lagrasta Neto, Carlos Augusto de Barros e Silva, Carlos Bandioli, Carlos Renato Azevedo Ferreira, Carlos Stroppa, Celso Cintra Mori, Cláudio Antonio Mesquita Pereira, Cleide Previtali Cais, Diwaldo Azevedo Sampaio, Edmur Nunes Pereira Neto, Guido Antonio Andrade, Homar Cais, Homero Alves de Sá, Jayme Queiroz Lopes Filho, Jorge Eduardo Saraiva, José Edmur Viana Coutinho, José Rodrigues de Carvalho Neto, José Rogério Cruz e Tucci, Luis Carmargo Pinto de Carvalho, Mario Sérgio Duarte Garcia, Néelson Fonseca, Paulo Fernando Lopes Franco, Paulo Hungria, Paulo Leme Ferrari, Plínio Bolívar de Almeida, Raimundo Pascoal Barbosa, Roberto de Benedetto, Rui Celso Reali Fragoso, Rui Homem de Mello Lacerda, Ruy Mendes Gonçalves, Sílvia Steiner, Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Walter Ceneviva e Walter Uzzo.

<sup>(17)</sup> Informativo IASP, Ano X, n. 53, Ag/Set. 2001, p. 5.

dos de 1989 da Faculdade de Direito da Universidade Brás Cubas, de Mogi das Cruzes; e) Bacharelados de 1989 da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; f) Turma de 1993 da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU; g) Turma de 1995 da Faculdade de Direito das Faculdades metropolitanas Unidas; 11) Homenageado com Cartão de Prata, pelos alunos do Curso de Estágio Profissional – 4.º ano – da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

## 10. LIVROS

Publicou os seguintes livros: 1) “Dicionário da Legislação Federal”, Ed. Ministério da Educação e Cultura – MEC, 1961; 2) “Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor”, S. Paulo, Saraiva, 34.ª edição, 2003; 3) “Código Civil e Legislação Civil em Vigor”, S. Paulo, Saraiva, 21.ª edição, 2003; 4) “Lei Orgânica da Magistratura Nacional”, 1979; 5) “Lei das Locações Prediais Urbanas”, 1979; 6) “Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”, 3.ª ed., 1982; 7) “Juizado Especial de Pequenas Causas”, 1984; 8) “Lei do Inquilinato (Lei n. 8.245, de 18.10.1991) anotada”, 1992.

## 11. ESCRITOS

Publicou mais de sessenta artigos, comentários e discursos, destacando-se: 1) Discurso na Posse do Min. Sydney Sanches como Presidente do STF (RTJ 136/942); 2) “Ação de Indenização contra a Administração Pública” (RT 156/257); “Fideicomisso por Ato ‘Inter Vivos’” (RT 158/788); 3) “Imposto de Vendas e Consignações”, em colab. com o Prof. Noé Azevedo (RT 186/17); 4) “Recurso de Revista em Acidente do Trabalho” (RT 203/366); 5) “Falta de Citação e Impropriedade da Ação” (RT 204/204); 6) “Promessa de Fato de Terceiro” (RT 212/146); 7) “Solidariedade Ativa na Locação, em colab. com o Prof. Noé Azevedo (RT 214/20); 8) “Erro Essencial Sobre a Pessoa” (RT 223/150); 9) “Impotência ‘coeundi’” (RT 241/248); 10) “Outorga Judicial de Consentimento” (RT 273/200); 11) “Não Existe Aprovação Tácita de Veto Governamental” (RT 276/860); 12) “Curador do Vínculo que Opina pela Procedência da Ação de Anulação de Casamento” (RT 279/251); 13) “Remuneração dos Advogados Dativos pelo Poder Público – Tabelamento de Honorários Advocatícios” (RT 289/231); 14) “Suprimento de Consentimento de Sociedade” (RT 296/646); 15) “Do Julgamento sem Recurso, em Instância Única” (RT 303/311); 16) “Em Memória de Aristides Malheiros” (RT 305/IX); 17) “Do Julgamento em Instância Única, para as Causas de Pequeno Valor” (RT 311/7); 18) “Liquidação em Reivindicatória” (RT 311/382); 19) “Discurso de Encerramento do 1.º Congresso das Associações de Advogados do Estado de São Paulo” (RT 325/695); 20) “Discurso no Início do Ano Judiciário” (RT 329/877); 21) “Natureza Contenciosa da Ação de Usucapião” (RT 338/388); 22) “Oração em Memória de Ulpiano da Costa Manso” (RT 345/610); 23) “Suprimento de Consentimento para Outorga de Escritura” (RT 361/351); 24) “Função de Curador ao Vínculo” (RT 388/125); 25) “Discurso na Posse do Min. Moacyr Amaral Santos no STF” (RT 388/396); 26) “Recuperação de Título da Dívida Pública” (RT 400/241); 27) “Prefácio do Livro em Homenagem ao Prof. Noé Azevedo” (RT 428/15); 28) “Anulação de Casamento por Epilepsia” (RT 482/90); 29) “Ação para Anular a Adjudicação” (RT 506/64); 30) “Técnica do Recurso Extraordinário no Cível” (RT 602/9); 31) “Reforma do Processo e da Organização Judiciária – Discurso na OAB” (RT 629/280); 32) “Uma Nova Estrutura para o Judiciário”, em que, pioneiro, sugeria a criação do STJ (RT 639/242); 33) “O Novo Recurso Extraordinário – Perspectivas na Constituição de 1988” (RT 656/239); 34) “Aprovação Tácita de Veto Governamental” (RDA 67/392); 35) “Principais Prazos para o Advogado no Novo CPC” (RF 246/453); 36) “A Linguagem do Advogado” (REPRO 49/83); 37) “Anulação do



Casamento por Psicose” (RJTJESP 35/48); 38) “Inauguração do Retrato do Des. Moacir Almeida Bicudo no TRE” (RT 47/430); 39) “Recuperação de Títulos ao Portador” (JTACiv-SP 2/272); 40) “Ação Discriminatória” (RBDProc 49/187); 41) “Principais Prazos para o Advogado no Novo CPC” (RTInf 98/3); 42) “Uma Nova Estrutura para o Judiciário” (RTInf 109/3); 43) “Anteprojeto de Constituição do Estado de São Paulo, Elaborado pela Associação dos Advogados de São Paulo (RevOAB-SP vol. 20, n. 119, p. 49); 44) “Composição dos Tribunais em Relação ao Quinto de Lugares Destinado aos Advogados e Membros do Ministério Público” (RevOAB-SP vol. 20, n. 122, p. 165); 45) “Anteprojeto de Lei Criando a Carteira dos Advogados de São Paulo” (RevOAB-SP vol. 21, n. 131, p. 37 (em colab.); 46) “Saudação ao Compromisso de Novos Advogados” (RevOAB-SP 21, n. 135, p. 60); 47) “Cerimônia de Iniciação” (RevOAB-SP 23, n. 159, p. 72); 48) “Seguro Social para Advogados” (RevOAB-SP v. 24, n. 161, p. 74 (em col.); 49) “Registro Civil de Filiações Ilegítimas” (RevOAB-SP v. 24, n. 161, p. 86; 50) “Criação de Juízos Distritais” (RevOAB-SP v. 25, n. 162, p. XVIII); 51) “Discurso no Cinquentenário de Advocacia” (BoLAASP 1504/supl. p. 7); 52) “Saudação ao Min. Sydney Sanches” quando da posse no STF (BoLAASP 1696/supl. p. 1); 53) “Discurso no Lançamento da Revista do Advogado n. 36, em Homenagem a Roger de Carvalho Mange” (BoLAASPI.750/supl.); 54) “Discurso na Inauguração do Auditório Roger de Carvalho Mange”; 55) “Discurso na Inauguração da Placa com o Nome de Edifício Theotônio Negrão Dado à Sede da AASP” (Tribuna do Direito 38/22); 56) “Entrevista com Theotônio Negrão” (Tribuna do Direito, 39, Seção Livros, p. 1); 57) “Discurso como Patrono das Turmas do Curso de Direito do Período Noturno – 1995” (FMU-Direito, 12/275); 58) Discurso na Posse do Desembargador Luiz Benini Cabral no Tribunal de Justiça de São Paulo (RJTJESP 99/579-580); 59) Discurso na Posse do Desembargador Sidnei Beneti no Tribunal de Justiça de São Paulo (JTJ 176/347-348); 60) Poema “Quo Vadis”, versos de 1969, em “Decisão-Apamagis”, Revista de Cultura da Associação Paulista de Magistrados (n. 3, out. 1996, p. 19); 62) Help, ou como Lidar com o Monstro;<sup>18</sup> 63) “Theotônio Negrão, o advogado”, Entrevista ao jornal “Tribuna do Direito”.<sup>19</sup>

## 12. A OBRA

Nenhum nome jurídico foi tão citado no Brasil quanto Theotônio Negrão. Mário Sérgio Duarte Garcia<sup>20</sup> e Walter Ceneviva,<sup>21</sup> entre outros, bem apontaram sua presença obrigatória em todas as mesas de trabalho jurídico. Considerada a quantidade de peças jurídicas diariamente produzidas pelos profissionais do Direito de todas as áreas, certamente o número de referências a seu nome concorrerá com o dos profissionais frequentadores da comunicação de massa, como os artistas, os atletas de futebol e os líderes políticos! Além das inúmeras citações em petições, pareceres, decisões, sentenças e acórdãos, Theotônio Negrão mereceu citação doutrinária qualificada e a homenagem pessoal especial, podendo ser lembradas as de: 1) José Frederico Marques, sobre o “Dicionário de Leis Federais”, que disse que a cultura privilegiada de Theotônio Negrão foi utilizada para ser útil e auxiliar a classe jurídica (RT 313/731); 2) José Manuel de Arruda Alvim Netto, sobre o “Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor – Theotônio Negrão – Um Trabalho Modelar”, REPRO 5/397; 3) Alcides de Mendonça Lima, “Theotônio Negrão – O Glosador Brasileiro” (RProc. 21/329); 4) Gonçalves de

(18) Arquivo T.N.

(19) Caderno de Livros, ano 2-n. 15, julho-1996, p. 1-3.

(20) Mário Sérgio Duarte Garcia, Arquivo S.B.

(21) Walter Ceneviva, “Folha de São Paulo.

Oliveira: “Código de Processo civil e Legislação Processual em Vigor – 14.ª ed.” (RF 296/475); 5) Marcus Vinícius dos Santos Andrade, “Homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Theotônio Negrão pelo Transcurso dos Cinquenta Anos de sua Militância Profissional”, JTA-SP 105/222); 6) Sidnei Agostinho Beneti: “Outorga do Nome de Theotônio Negrão à Sala dos Advogados do 1.º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo” (JTACSP-Lex 142/177-178-182); 7) Clito Fornaciari Jr, na solenidade de outorga do nome de Theotônio Negrão à Sala dos Advogados do 1.º Tribunal de Alçada Civil (JTACSP-Lex 142/177); 8) Sérgio Bermudes: “Introdução ao Processo Civil”, Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 102; 9) Haroldo Valladão: “Comentários ao CPC”, S. Paulo, RT, vol. XIII, p. 144; 10) Cândido Rangel Dinamarco: “Instituições de Direito Processual Civil”, S. Paulo, Malheiros, 2001: “A Theotônio Negrão. Quero ser a voz e a expressão do sentimento de toda a comunidade jurídica brasileira, ao dizer, simplesmente – Obrigado, Theotônio” (dedicatória, p. 7) e: “as glosas adicionadas pelo grande advogado paulista a cada artigo do Código de Processo Civil valeram-me como indicativo dos problemas que surgem perante os tribunais. Orgulho-me em dizer que em alguma medida este livro é a condensação sistemática dos pontos suscitados no monumental “Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor”, p. 31); 11) Hugo de Brito Machado, Rev. Jurisp. dos Estados, 151/64); 12) Oscar Bittencourt: “Sua formosa obra”, JTA-Lex 191/361); 13) Miguel Reale: “Obra Monumental, que todos os operadores do Direito admiram e agradecem”;<sup>22</sup> 14) Renato Mange, na AASP – Associação dos Advogados de São Paulo: “Nosso eterno Presidente”;<sup>23</sup> 15) Wálter Ceneviva: “escrevi há mais de dez anos que Theotonio alcançou a suprema glória do jurista, transformado em substantivo comum, pois seu nome passou a ser sinônimo do próprio código processual anotado de sua autoria”;<sup>24</sup> 16) Sidnei Agostinho Beneti: “jurista mais útil do país”<sup>25</sup> e “ninguém foi tão presente no dia-a-dia do profissional do Direito de nosso tempo quanto Theotônio Negrão”;<sup>26</sup> 17) José Carlos de Moraes Salles: “Era pessoa incrivelmente modesta, incapaz de um auto-elogio ou de praticar ato que pudesse ser interpretado como de vaidade”;<sup>27</sup> 18) Nelson Kojrankski, “Saudação ao Advogado Theotônio Negrão ao ser Agraciado com o Primeiro Prêmio ‘Barão de Ramalho’”, Solenidade do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP; 19) Sálvio de Figueiredo Teixeira, no dia 27.3.2003, na Corte Especial do STJ: “Ético e idealista, foi inigualável naquilo a que corajosamente se propôs na seara jurídica: ser útil”; 20) e Adroaldo Furtado Fabrício, representando os Advogados na Sessão da Corte Especial do STJ de 27.3.2003: “É impossível haver, no país, algum advogado, jurista ou membro do Ministério Público Federal que não tenha se beneficiado dos ensinamentos de Theotônio Negrão”.

### 13. O “DICIONÁRIO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL”

Formado na bagagem Advocatícia, recebeu a encomenda de organizar o Dicionário de Legislação Federal, editado pelo Ministério da Educação e Cultura no Governo João Goulart, para popularização dos textos de lei a baixo custo. Até hoje ressoa a importância da obra, logo conhecida como “o tijolão” – completa, claramente organizada, com índice de fácil manejo. Uma obra generosa pela vocação de utilidade, a baixo custo e com alta qualidade, nunca

(22) Arquivo T.N.

(23) “Edifício da AASP ganha nome de Negrão”, “Tribuna do Direito”, junho/1996, p. 18.

(24) “Morre Theotonio Negrão, advogado e ex-juiz do TRE-SP, “Folha de São Paulo”, 21.03.2003.

(25) “Tribuna do Direito”, julho/1996, Caderno de Livros, p. 3.

(26) “Saudades de Theotônio”, em “Tribuna do Direito” maio/2003, p. 18

(27) “Tribuna do Direito”, Junho/2003, p. 36.



deslemburada a praticidade. Desse “Dicionário” disse Frederico Marques: “Theotônio Negrão, se o quisesse, poderia ter escrito, com muito mais facilidade, um belo livro sobre algum tema jurídico transcendente, ou mesmo ‘instituições’ de qualquer dos vários ramos da ciência do Direito. Com o tempo gasto na confecção do ‘Dicionário’, e com o talento excepcional que possui – isso lhe teria sido tarefa bem pouco difícil. Preferiu ele, porém, colocar os seus dotes magníficos de jurista em prol de uma obra, talvez menos vistosa, mas de maior alcance prático para todos aqueles que, como ele, mourejam e lutam na seara do Direito”.<sup>28</sup>

#### 14. CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL E CIVIL

Na senda aberta pelo “Dicionário de Legislação Federal”, vieram o “Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor” e o “Código Civil e Legislação Civil em Vigor”. Lembro-me até hoje da notícia de que ia sair o Código de Processo, dada por um grande amigo comum, meu compadre de tanta saudade, Antonio Joaquim de Oliveira, a quem devo o aprofundamento da amizade com Theotônio Negrão: “– Agora já podemos parar de copiar jurisprudência do Diário Oficial e Revistas, porque Theotônio trabalha por nós!” É isso. Trabalhou para todos! Que obra, esses Códigos! Trinta e cinco edições do Código de Processo Civil, iniciadas na Revista dos Tribunais, passando pela Editora Malheiros e fixando-se na Editora Saraiva, indo a em torno de 40.000 exemplares por edição, perfazendo 1.400.000 volumes! E vinte e duas edições do Código Civil, à base de 25.000 exemplares cada, somando 550.000 volumes. Código de Processo e Código Civil alçam ao prodigioso número de aproximadamente 1.950.000 exemplares! Uma grande biblioteca de qualquer grande cidade ou universidade, nacional ou estrangeira, só de livros de Theotônio Negrão. Um recorde nacional absoluto, dificilmente igualado no mundo! Não há onde não se encontrem os Códigos de Theotônio Negrão, no Brasil e no Exterior. Gostava ele de contar que certa vez um menino entregador da editora, ao vê-lo pessoalmente, arregalou os olhos evidenciando a surpresa em perceber que Theotônio Negrão era um homem de carne e osso, personalizando os milhares de volumes do livro famoso na editora! Que emoção transparece na carta-resposta a estudante de direito deficiente visual que lhe informara haver traduzido o Código de Processo Civil para o “Braille: ‘Confesso que foi para mim uma grande satisfação saber que você passou em Braille o nosso ‘Código de Processo Civil...’ e ele tem ajudado você seus estudos. John Wesley, fundador da Igreja Metodista, disse que a coisa mais importante que existe para um homem é sentir-se útil. Assim, você pode imaginar a minha alegria ao saber que tenho ajudado na sua luta para abrir caminho e tornar-se, no futuro, um grande advogado ou um grande juiz!”<sup>29</sup>

Manteve a média de 1.200 notas novas em cada revisão do “Código de Processo Civil”, inseridas ante a leitura pessoal diária dos Diários Oficiais e das numerosas revistas especializadas. Tudo fichado metodicamente, mediante datilografia própria – ele que até o fim foi excelente datilógrafo. E tudo anotado, quanto à repercussão entre as notas, no que chamava “Livro dos Casamentos”, grandes folhas de papel em que traçava o caminho das repercussões entre as notas e os diversos textos do Código, de leis extravagantes e de outras notas! E tinha tudo na memória, só passando a admitir o socorro do computador da editora nos últimos tempos, mas ainda revendo tudo, inclusive o índice, com a maestria de exímio revisor tipográfico que aprendera a ser na juventude... Certa vez contou quantas vezes lia as mudanças em uma nova edição até a publicação, apurando a assombrosa marca de 28 vezes!

(28) José Frederico Marques, “Dicionário de Leis Federais”, RT 313/731.

(29) Carta ao aluno Rildo Teixeira, 1994, Arq. T.N.

Escrevia as notas com o cuidado de manter aproximadamente a mesma quantidade de linhas das edições anteriores, zelando para que as notas não se distanciassem das páginas do texto de lei. Lia e relia, atualizava até o último momento, fazendo corrigir os textos impressos até o último dia – mantido o contacto por várias vezes diariamente com o setor de revisão da editora. Qualquer um seria considerado “um chato”, mas Theotônio Negrão absolutamente não era visto assim pela competente equipe revisora, chefiada, nos tempos da última editora, a Saraiva, pela excelente profissional Lívia Giorgi – que relata que todos o adoravam e se associavam à produção da melhor qualidade com o ardor da grandiosidade de obra própria! Trabalho imenso, de que ele próprio deu notícia em entrevista: “Em 1994, tivemos a pachorra de fazer um levantamento no material contido em nosso Código de Processo. Encontramos, ao todo, 11.118 notas de rodapé, além de 2.741 notas de referências a trabalhos doutrinários. Havia também nada menos de 3.484 notas de remissões”.<sup>30</sup>

Nos Códigos, enfrentou, com paciência e precisão, a repercussão das mudanças do salário-mínimo, da correção monetária, dos planos econômicos, das Medidas Provisórias, das Reformas Processuais e da promulgação do novo Código Civil, e terminou apresentando à editora em dia, no prazo, a última edição de ambos os Códigos, recebendo da editora a última edição do Código Civil dois dias antes do último dia de vida e o Código de Processo nele próprio – raras edições em que não lhe tenho a afetuosa dedicatória pessoal, naquele manuscrito de quase-calígrafo – dando o último autografado da vida, o do Código Civil, à Advogada He-loísa de Barros Penteado, neta querida, que o visitou no Escritório no dia da chegada dos exemplares da Saraiva e que recebeu, como um derradeiro abraço, a última dedicatória carinhosa que fez, assinada, como lhe fazia sempre, apenas pelo “Vô!”

## 16. ATIVIDADE LITERÁRIA

Produziu quatro livros literários, todos inéditos: 1) “Todo Homem é uma Constelação”, dedicado à filha, em 28.4.1977: “A gente muda tanto na vida, e sonha tanto, que algumas coisas que eu escrevi soam hoje estranhas até mesmo para mim. Não se esqueça, quando ler o que aqui vai (e que é apenas uma seleção de diversas épocas), que eu fui adolescente há muito, muito tempo”; 2) “Haicais? Talvez...”, de 1997, apresentados com o refinado espírito de sempre: “Haicais? Talvez... mas nem todos. Uns não são haicais, pelos temas tratados; outros, pela métrica: haicais e “nãocais”...”; 3) Haicais anotados a cada haikai do livro “Haikai para Van Gogh”, de Estela Bonini, de 1995; 4) e “Reflexões Anotadas no Calendário Poético de Mário Quintana”.<sup>31</sup>

Na literatura, um outro e, contudo, o mesmo Theotônio Negrão. Sempre a fineza, o ritmo, a sensibilidade e o humor. Estilo rigoroso, frase curta, clareza de resplandecer aos olhos. Impossível preferir. Em carta que lhe enviei em 31.8.1993, quando me permitiu a leitura da obra poética, sob promessa de não divulgação em vida, e que com imensa emoção encontrei depois, quando já se fora, dobrada dentro de um dos seus volumes de poesia, pude homenageá-lo destacando-lhe o que mais me agradou na obra.<sup>32</sup>

<sup>(30)</sup> “Theotônio Negrão, o Advogado”, Entrevista a “Tribuna do Direito”, Caderno de Livros, ano 2-n. 15, julho-1996, p. 1-3.

<sup>(31)</sup> Admirador do Poeta, não resistiu, contudo, ao hábito da nota corretiva, como nos Códigos. Ante a observação, no texto poético referente ao dia 1.º de janeiro, de que estaríamos (em 1988) no ano 725.620 da Era Cristã, anotou: “Engano. Seria o dia 725.621, se não houvesse anos bissextos. Houve; e, do calendário Juliano para o Gregoriano, foram suprimidos 12 dias (ou isso); e 1700, 1800 e 1900 não foram anos bissextos”.

<sup>(32)</sup> Trechos da carta: ““Messidor”, com aqueles versos iniciais magníficos (pág. 1), “Encantamento desfeito na primavera” (pág. 6), com perfeitos alexandrinos, muito som, como em toda

Impossível deixar de destacar trechos do fino humor fabricado por Theotônio Negrão, que notoriamente odiava discursos, especialmente os longos: “Num almoço de aniversário do dia 11 de agosto”: “Burraldo faz um discurso/ E não sabe onde parar/ Que diabo de amigo urso/ Mandou Burraldo falar?” (“Discurso Inoportuno”). E esta pérola: “Hélio Bicudo e José Frederico Marques discutem violentamente pelo “Estadão”. A Associação dos Advogados de São Paulo deve ou não tomar partido? Eis o meu voto: “Que a a Associação / não meta o bico / entre Bicudo / e Frederico” (“Neutralidade”). Uma jóia de crítica: e ironia, no poema “Quo Vadis”, versos de 1969, publicado às instâncias de Antonio Joaquim de Oliveira em “Decisão-Apamagis”,<sup>33</sup> em que se lê: “Se um Ato Complementar / Derroga a Constituição / (na sábia interpretação / de um jurista oracular); / Se a emenda conserta a emenda, / na lei do imposto de renda; / se a circular de um ministro / produz o efeito sinistro / de revogar uma lei; / se pode o decreto-lei / cassar a lei ordinária; / se a alteração é diária / e agora, no fim do mês, / já teremos o ato 6, / – não é melhor, afinal, / que um ilustre general / revogue tudo de vez?”. E quanto lirismo: “Por toda parte em que passei, semeei / o grão maravilhoso do meu sonho” (“Messidor”)!

## 17. O HOMEM

Que homem é esse que foi capaz do prodígio? Theotônio Negrão foi sempre extraordinário. Com três anos de idade, já lia; com cinco, sabia ler e escrever. No primário, porque muito adiante de todos, era liberado da classe antes, porque estava à frente na matéria e porque tinha de sair sozinho para escapar da ira ciumenta dos colegas, mesmo os melhores, sempre muito atrasados ante a vivacidade precoce! Foi o mais jovem e um dos melhores estudantes da gloriosa Turma de 1939 da Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>34</sup> Nunca se desligou dos amigos. Sempre voltava ao Granbery de Juiz de Fora, em que fizera ginásio e colégio. Ativo participante de todas as turmas, foi orador numerosas vezes em suas cerimônias comemorativas.<sup>35</sup> Intolerante de discursos e ostensivamente maldizendo os longos, atendeu ao dever de democratização de conhecimentos e de colaborar na formação de opinião, tornando-se numerosas vezes orador oficial em estabelecimentos de ensino e em formaturas.<sup>36</sup> Em uma pasta, selecionados e ar-

a obra, o famoso equilíbrio do soneto e a sensualidade parnasiana. “O Verde dos seus olhos” (pág. 9) é um achado em campo em que tantos já procuraram e, não sendo o principal, gostei muito de “A praia brava, que se chama vida”. O bilhete “Minha filha” (pág. 16), como outros bilhetes, é um primor, que me deu inveja de ganhar um relógio assim! (...) Continua atual, a sátira: “Os juízes dormem. Só no fim “acordam” (pág. 44), vale uma “charge” – parece que estou vendo. (...) “Cabelos brancos” (pág. 60) é de eternecer as pedras da rua, com muita felicidade de expressão, bela e sonora elegia coloquial doce e terna, diante de que se tolerará a feira de adjetivos! (...), “o “E eu, aqui dentro, citando o Código Civil e Pontes de Miranda” é aquela ironia sobre a beleza de nossa tragédia profissional de atletas do escritório. (...) “A minha filha, com rosas” (anexo)” é uma beleza, seguramente vou copiar um dia... (...). E “Não faça isso!”, sobre a pobre funcionária braba, espécie de “A furibunda adoçada” para um Mollière-Shakespeare, torna a própria megera simpática” (...) Gostaria muito de sua autorização para liberar alguma coisa para a publicação, ao menos em nossas revistas profissionais, inclusive para que nós todos, profissionais de nossa bela arte árida do Direito, criássemos coragem de desvendar o substrato dos seres humanos autores das peças que, com os autos, mandamos para a poeira dos arquivos de Vila Leopoldina...”

(33) Revista de Cultura da Associação Paulista de Magistrados, n. 3, out. 1996, p. 19.

(34) Era assim que se chamava a hoje Faculdade de Direito da USP.

(35) Cerimônias no Granbery, Arquivo T.N.

(36) Arquivo T.N.

quivados pessoalmente desde 1942, contei sessenta e oito discursos, a maioria não publicada,<sup>37</sup> entre os quais a saudação a dois Ministros paulistas empossados no Supremo Tribunal Federal – Moacyr Amaral Santos e Sydney Sanches, a oração de abertura do ano judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo e, como uma herança de afeto que me honra a vida, a fala em nome dos Advogados em minha posse no Tribunal de Justiça.

Era popular, mantendo a formalidade. Comerciantes não lhe cobravam o café nos estabelecimentos próximos ao Escritório, nem permitiam que amigos, com ele, pagassem! “Essa rua é minha, aqui mando eu”, dizia orgulhoso e alegre! Conversava com todo o mundo perto do escritório no trajeto a pé – advogados, magistrados, promotores, professores, estudantes, comerciantes, passantes... Adorava o “papo” à toa, em que contava casos e fazia frases com a absoluta correção e perfeita dicção de quem acostumado a falar da tribuna. Trabalhou no Escritório até os últimos dias, dedicando-se aos Códigos; apenas alterou o veículo de transporte, pois passou ir com motorista, mudando a antiga rotina dos tempos de advocacia intensa e de massacrante produção jurídica, em que ia ao Escritório às 4:00 horas da manhã, não raro aguardando abrir o Metrô na Estação de Santa Cecília! Sempre se deliciou com o banho frio diário – hábito que relatava humilhando os amigos do cáldio conforto, dizendo que banhos quentes faziam ficar velho cedo! Na seriedade das notas aos Códigos vê-se por vezes a ponta de humor que lhe nutriu a vida, mas no fichário de jurisprudência do escritório da Rua Riachuelo 73, bem junto à Praça João Mendes, no centro de São Paulo, havia mais, como aquela seção denominada “Óbvio”, seguida de outra, a do “Óbvio Ululante”, em que não deixava de lançar nem mesmo certas ementas de julgamentos que, por genéricas e doutrinárias, tantas vezes reescrevem o que é “verdade patente”, como o exemplo relatado na palestra “A Linguagem do Advogado”.<sup>38</sup> Em “Help, ou Como Lidar com o Monstro”<sup>39</sup> conta a aventura de duelar com o computador novo, ao tempo do Word 2! Não perdeu jamais o bom humor, ainda nas fases mais duras da doença final.

Daquele incrível semáforo que mandou instalar na sua porta, para admitir, ou não, a interrupção do trabalho, contou Antonio Carlos Malheiros: “Luz vermelha em sua porta. “Paciente com barriga aberta!, segundo ele próprio. “Não entre! Você corre risco de vida”.<sup>40</sup> Apresado, com horror de perder tempo, subia as escadas pulando os degraus! E inventou um “portaiscas” para pescaria, de amarrar ao pescoço, também “para não perder tempo”.

Alegre e comunicativo, gostava de pescarias, de exibir peixes-troféus, marcando o tamanho em tábuas, ao aplauso familiar! De reunião com os amigos, jogar cartas, cantar – e cantava bem – fazendo a alegria da família nas idas ao litoral puxando as boas canções brasileiras e algumas variadas, inclusive alguns tangos. Sempre agradabilíssima companhia. As visitas a seu escritório eram, como lhe dizia e gostava de ouvir, dignas “de cobrar ingresso”. Acompanhei visitantes que queriam conhecê-lo. Estudantes, os Desembargadores da 9.ª Câmara de Direito Público, e o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Antonio de Pádua Ribeiro. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio de Mello, cuja visita, antes acertada com Theotônio Negrão, frustrou-se, ante o falecimento, prestou-lhe marcante homenagem, representando todo o Poder Judiciário nacional, ao acompanhá-lo ao último domicílio, naquela tarde triste de São Paulo em luto.

(37) Constarão de livro de homenagem a Theotônio Negrão, Editora Saraiva, em elaboração.

(38) “A Linguagem do Advogado”, Rev. de Processo 49/83-90.

(39) “Help ou como lidar com o Monstro”, Arq. T.N.

(40) Antonio Carlos Malheiros, Discurso, Arq. T.N.

## 18. A PERDA

Grande o Advogado, o Profissional do Ensino, o Magistrado, o Jurista, o Autor! Imenso o amigo, amado o ser humano. De bem com a vida, deixou-nos, com a tranqüila certeza do dever cumprido. Vinha lutando, valente, contra enfermidade e diariamente a vencia. Poucas semanas antes, passara dias na querida “Praia da Baleia”, suspiroso das ansiadas pescarias. Um dia, voltou do Escritório e, depois do jantar, procurou distrair-se jogando cartas com a esposa. Recolheu-se e passou mal, indo à internação. Preocupava-se ainda com os Códigos, sobre os quais acabava de dar instruções a José Roberto Gouveia, o discípulo querido e competente co-autor nos últimos tempos, a respeito de pontos a alterar ante a última edição do Código Civil – não tendo podido examinar o Código de Processo, que recebera à tarde. Atendeu a familiares. Depois se foi, deixando-nos, a nós todos, que nunca imaginamos que isso pudesse ocorrer um dia.

Havia posto naqueles versos, que vedara divulgar em vida, as palavras de despedida: “Pois que é hora de partir, / e tenho de ir-me embora, / farei força pra sorrir, / enquanto minha alma chora. / O destino, em sua trama, / nos separa, a todo instante, / mas só aquele que ama / nunca se sente distante. / Na hora da despedida, / aqui deixo, amigos meus, / a saudação como-vida / do meu mais cordial adeus”.<sup>41</sup>

Faleceu Theotônio Negrão. É que nos seus completos códigos faltou uma lei, pela qual a comunidade jurídica nacional clamava: a que o proibisse de nos deixar. Bem sabíamos o imenso do jurista, do advogado, do amigo. Ainda assim, só tomamos consciência da real dimensão da perda recordando o elogio fúnebre famoso: só se aquilata o real porte dos grandes jacarandás altaneiros depois de estirados ao chão... Encerrou-se uma era no meio jurídico paulista e brasileiro – a que foi iluminada pelo brilho intenso de Theotônio Negrão.

(41) “Adeus”, em “Todo Homem é uma Constelação”, inédito, Arq. T.N.